

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

## Conselho Editorial

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente*  
WILSON FIGUEIREDO — *Vice-Presidente*

## Conselho Consultivo

FRANCISCO DE SÁ JÚNIOR  
FRANCISCO GROS  
JOÃO GERALDO PIQUET CARNEIRO  
JORGE HILÁRIO GOUVEA VIEIRA

MARCELO PONTES — *Editor*

ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*

ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

SÉRGIO RÉGO MONTEIRO — *Diretor*

## Parasitas da Saúde

**A**roubalheira generalizada em todo o Brasil, nos níveis federal, estadual e municipal do Sistema Único de Saúde (SUS), denunciada pelo **JORNAL DO BRASIL**, demonstra a completa ineficiência de um suposto "sistema de crítica" no centro de processamento de dados do SUS para coibir as internações fraudulentas, os doentes imaginários, as curas impossíveis, os mortos ressuscitados e os leitos fantasmas.

Entende-se que o sistema seja definido como um "saco sem fundo" por auditores e lideranças expressivas do Congresso: os gastos com assistência médica quase dobraram nos últimos quatro anos (de R\$ 330 milhões mensais para quase R\$ 600 milhões) e, em vez de melhorar, a assistência médica só piorou.

A fraude é o grande parasita do sistema. Da irregular distribuição das AIHs (autorizações de internações hospitalares) às consultas de ambulatório não informatizadas, passando pelas licitações de vacinas, tudo é pago sem discussão pelo poder público.

Sabe-se, por exemplo, que a assistência médica consome a maior parte do dinheiro do Ministério, e que mais de 80% deste total vão para os hospitais particulados conveniados, os principais acusados de conduta espúria. E que esta gente conta hoje com uma bancada poderosíssima no Congresso.

O **JORNAL DO BRASIL** publicou no final de maio extensa reportagem com exemplos do que seriam casos grosseiros de fraude em vários estados, com os nomes de hospitais e o número da AIH referente a cada caso. Foram pedidas informações à assessoria do Ministério da Saúde sobre eventuais investigações e punições. Até o momento, nenhum esclarecimento foi prestado.

Tal quadro torna mais que problemática — indefensável mesmo — a aprovação da Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF) sugerida pelo ministro Adib Jatene para reforçar os recursos da Saúde. Do jeito que o SUS funciona hoje, a criação do CMF só aumentaria o tamanho do rombo. É um contra-senso fiscal: ao invés de tapar os furos coibindo o esbulho, escorcha-se o contribuinte que é obrigado a injetar recursos que serão desperdiçados, o que o leva a acreditar cada vez menos na seriedade do Estado.

O poder público não pode criar tributos sem combater as fraudes, acabar com a sonegação, tapar os rombos, liquidar com privilégios. O Ministério da Saúde não recuperará sua credibilidade perante o contribuinte pela simples presença de um grande médico que é também um homem honrado à sua frente. É preciso que se prove que há fiscalização e controle sobre a destinação dos recursos que saem do bolso de quem paga imposto.

E a conta do CMF promete ser salgada. A porcentagem de 0,25% sobre cada operação financeira representa cerca de um oitavo da inflação. É muito diferente de cobrar a mesma porcentagem em tempo de inflação elevadíssima. O investidor, o correntista serão fortemente onerados. Para quê?

Um fato é incontornável: a reputação ilibada e o notório saber de um único ministro não bastam para sanar a corrupção sistêmica da Saúde. Ou, por outra, não bastam para corrigir um sistema de saúde que, no dizer do procurador da República André Barbeitas, "foi feito para viabilizar o ilícito".